

O POVO ASURINÍ DA TERRA INDÍGENA TROCARÁ (PA): POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPACTOS ETNOAMBIENTAIS DA UHE TUCURUÍ¹

Gabriel Pedrazzani²

Wilma Leitão³

Resumo: Esta apresentação aponta algumas conclusões de um diagnóstico de impactos etnoambientais da UHE Tucuruí na Terra Indígena Trocará (PA). Realizamos entrevistas não-estruturadas com os moradores mais antigos, buscando, por meio das histórias de vida, os elementos de explicação sobre o histórico do contato e as práticas sociais tradicionais relacionadas ao manejo dos recursos naturais. Destacamos o fato que mais chama a atenção quando se ingressa na Terra Indígena Trocará: a diversidade de instituições que atuam junto àquela população. A antiguidade do contato e suas conseqüências, que foram pautadas pela inserção dos índios à população regional, e a proximidade do núcleo urbano de Tucuruí geraram vários impactos e contribuíram para a interação intensiva de índios e não-índios, nas mais diversas direções. Uma das possibilidades que se apresenta é a criação de um Programa de Compensação proposto pelo Grupo de Trabalho que elaborou o diagnóstico etnoambiental completo da TI Trocará. A criação do GT derivou de uma demanda do próprio grupo indígena, que moveu uma ação impetrada pelo Ministério Público à Eletronorte, em decorrência do descaso com as populações residentes à jusante da barragem.

Palavras-chave: etnologia tupi; Asuriní; impactos etnoambientais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre algumas impressões acerca das políticas públicas e dos impactos etnoambientais na Terra Indígena (TI) Trocará, localizada no município de Tucuruí (PA) e pertencente ao grupo indígena Asuriní. Tais impressões são oriundas de um diagnóstico realizado durante o ano de 2006, especificamente sob a óptica de como se dá a organização social do grupo, destacando as mudanças ocorridas nos últimos anos, em decorrência dos impactos sociais, culturais e ambientais sofridos pela implementação de um grande pólo de desenvolvimento na região, culminando com a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí. Foram registrados os aspectos demarcadores da identidade cultural dos Asuriní e suas práticas sociais tradicionais relativas ao meio ambiente, considerando que seu modo de vida tradicional tem sido alterado por sucessivas intervenções de diversas instituições governamentais e não-governamentais, em ações desordenadas desenvolvidas junto ao grupo indígena.

Todo o trabalho foi realizado utilizando-se o método antropológico de observação direta da vida social do grupo, como forma de facilitar a interlocução com eles e permitir a

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), antropólogo da Fundação Nacional do Índio (Funai) - gabriel.pedrazzani@funai.gov.br.

³ Doutora em Antropologia, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) - wilma@ufpa.br.

subseqüente coleta de dados etnográficos e demográficos. Por ocasião das estadias na aldeia, foram realizadas entrevistas não-estruturadas com os moradores mais antigos, buscando, por meio das histórias de vida, os elementos de explicação sobre processos migratórios, histórico do contato e práticas sociais tradicionais.

Durante os dias que passamos na Terra Indígena Trocará, embora o não conhecimento da língua indígena tenha dificultado um pouco, foi possível empreender conversações onde os indígenas discorriam sobre vários pontos importantes para o entendimento da situação em que se encontram. Além da perspectiva histórica de ocupação da área e do contato, foi possível conhecer muitos dos aspectos de sua vida diária, morfologia da aldeia, composição dos grupos domésticos, genealogias e nomes pessoais, incluindo os irmãos Tembê que residem a alguns anos nessa TI. Dentre os materiais produzidos, encontram-se os diagramas de parentesco representando toda a população Asuriní da Aldeia Trocará⁴.

1. HISTÓRICO DO CONTATO⁵

Os Asuriní⁶, atualmente residindo no Igarapé Trocará, afluente do Rio Tocantins, têm um antigo histórico de contato, se comparados aos outros grupos Tupi da região⁷. Na realidade, sua localização tradicional foi alvo de diversas investidas no processo de colonização das margens do Rio Tocantins. Desde o século XVII, os não-índios chegaram àquela área atraídos pelas “riquezas do sertão”, isto é, produtos como cravo, canela e castanhas. Mais tarde, já no século XVIII, foi a criação de gado que fixou um pouco mais esses “invasores”, principalmente na margem direita do rio.

Contudo, foi o interesse em estabelecer ligações por via fluvial entre o norte e o sul do país que levou os colonizadores a fundarem a vila de Alcobaça, em 1724, hoje denominada Tucuruí. Apesar das facilidades proporcionadas pelo governo, as condições precárias do

⁴ Os Asuriní foram primeiramente estudados pelos antropólogos Roque de Barros Laraia e Expedito Arnaud, no início dos anos 1960 e anos 1970 (somente Arnaud). Roque Laraia passou três meses em 1962, depois de ter permanecido entre os Suruí com igual propósito: entender os processos de inserção daqueles grupos tupi na sociedade regional. Arnaud, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, publicou diversos artigos notadamente sobre o sistema de parentesco Asuriní e sobre o processo de contato. Vinte anos após as primeiras análises, a antropóloga Lucia de Andrade realizou pesquisa com fins de elaborar sua dissertação de mestrado, entre os anos 1982 e 1989. Note-se que, neste momento, o contexto era outro, tendo em vista que já havia sido feito o contato com os demais grupos tupi da região, desconhecidos na época das primeiras pesquisas.

⁵ Apresentamos aqui uma narrativa bastante resumida, considerando-se que diversas obras discorrem mais detalhadamente sobre o tema: Laraia (1972 e 1978), Arnaud (1983), Andrade (1982), Funai (1976) e outros referidos na Bibliografia.

⁶ Não foi possível identificar um termo que possa ser usado adequadamente como autodenominação do grupo, este ponto vem sendo trabalhado pela lingüista da UnB, Dr. Ana Suelly Cabral.

⁷ Parakanã, Asuriní do Xingu e Araweté. Laraia, em 1962, menciona apenas os Asuriní do Trocará, Parakanã e Suruí.

vilarejo e o temor constante de ataques dos indígenas⁸ não permitiram a ocupação mais extensiva da margem esquerda do Tocantins. Foi somente no século XX, com a exploração do caucho e da castanha, que a região conheceu maior desenvolvimento econômico. Este último produto, aliás, até bem pouco tempo, foi que gerou um impulso jamais visto naquela região. Praticamente toda a calha do médio e baixo Tocantins foi tomada pela economia da castanha, atraindo milhares de trabalhadores que ingressavam nas matas coletando os ouriços e que, freqüentemente, “topavam” com os índios.

A maioria dos castanhais era de propriedade do Governo do Estado do Pará, que os arrendava para sua exploração. Tão importante era a importância dessa atividade que, já em 1927, começou a ser construída a Estrada de Ferro Tocantins (EFT), com a finalidade de contornar o trecho encachoeirado do Rio Tocantins, facilitando assim o transporte da castanha (e o caucho) proveniente da região do Itacaiunas, que embarcaria, então, para o transporte por via fluvial de Tucuruí até Belém.

O traçado da EFT encontraria os aldeamentos indígenas e, em 1928, foi criado, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Posto Indígena de Atração do Pucuruí, às margens do igarapé de mesmo nome (próximo ao Km 67 da ferrovia), para tentar o contato com os índios Parakanã e Asuriní que, até então, acreditava-se serem os mesmos. Esta medida visava à proteção máxima desses grupos, uma vez que a diretoria da EFT, em reação aos ataques sofridos pelos trabalhadores da ferrovia, promovia constantes expedições de extermínio aos índios, com homens armados de fuzis e granadas que matavam adultos e crianças que encontravam pela mata. Durante a década de 1930, registraram-se alguns ataques de índios aos castanheiros e trabalhadores da EFT, que continuava avançando sobre o território indígena. Até que, em 1937, os funcionários do SPI conseguiram encontrar, pela primeira vez, alguns índios.

Na década de 1970 foram iniciados os estudos para demarcação da Terra Indígena⁹, que foi totalmente demarcada em 1982. Até por volta de 1980, os índios ainda se organizavam aos moldes dos padrões tradicionais, ocupando diferentes pontos no território que ficou compreendido na terra indígena. Os grupos de famílias constituíam como que “pequenas aldeias” separadas e ainda hoje referenciadas como, por exemplo, a Aldeia Urubu ou Massaranduba. Com a chegada de um novo chefe de posto e da construção da escola, em 1982, foram incentivados a viverem todos juntos, já na parte alta onde se encontram hoje. Mesmo assim, predominou a ordenação das casas em forma de aglomerados, onde residiam as mulheres e suas filhas casadas (Andrade, 1985:26), seguindo as casas o padrão regional de

⁸ Que destruíram a nascente Alcobaça, no início do século XIX (Laraia & Da Matta, 1978:51).

⁹ Data de 1976 o que seria, provavelmente, o Relatório de Identificação da Terra Indígena, de autoria do antropólogo da Funai, Alceu Cotia Mariz.

construção (madeira e palha) com assoalho suspenso.

A TI Trocará está localizada 24 Km ao norte de Tucuruí, distante, portanto, cerca de 40 minutos utilizando-se voadeira pelo Rio Tocantins ou duas horas e meia de barco, ou ainda, depois da abertura da estrada, cerca de 40 minutos de carro. Hoje, esta terra indígena constitui uma das poucas reservas de mata em toda a região, cercada pelos pastos das fazendas de gado. Com isso, tornou-se refúgio para a caça ainda existente e, conseqüentemente, alvo de invasão por moradores do entorno que penetram na área para caçar e pescar.

2. CONTEXTO GEOPOLÍTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS ETNOAMBIENTAIS

Sem dúvidas, o fato que mais chama a atenção quando se ingressa na Terra Indígena Trocará é a diversidade de instituições que atuam junto àquela população. A antiguidade do contato e suas conseqüências, que foram pautadas pela inserção dos índios à população regional, e a proximidade do núcleo urbano de Tucuruí, que explodiu nos últimos anos atingindo diretamente a TI, contribuíram para a interação intensiva de índios e não-índios, nas mais diversas direções. Há vários órgãos com ações e projetos dentro da área, traduzidos por muitos diferentes “funcionários” e, da mesma forma, são vários os motivos que solicitam a saída dos índios da aldeia, seja para a jornada de apenas um dia em Tucuruí, seja para viagens dentro ou fora do estado.

Inicialmente, registra-se a presença da Funai que, substituindo o Serviço de Proteção ao Índio¹⁰, sempre esteve junto ao grupo por meio da Administração Regional de Marabá. Há, na aldeia, uma casa do Posto Indígena Trocará, onde reside o chefe do Posto, curiosamente o filho de um antigo funcionário que trabalhou com esse mesmo grupo durante anos. Esse rapaz formou-se em técnico agrícola e hoje segue o caminho de seu pai, na mesma aldeia onde, como dizem os indígenas, foi criado. Ao chefe do posto cabe o acompanhamento das atividades cotidianas da aldeia e das realizadas na cidade, como a venda dos produtos e recebimento das aposentadorias, vigilância dos limites da área e algumas atribuições administrativas do órgão. No Posto Indígena Trocará, o aparelho de rádio (para comunicação externa), diferente do que costuma ocorrer em outras aldeias, pertence à FUNASA e é operado pelas enfermeiras desse órgão.

A Estrada de Ferro Tocantins começou a ser idealizada em 1895, com a finalidade de

¹⁰ O contato se deu por iniciativa dos índios, perseguidos pelos ataques dos trabalhadores da Estrada de Ferro Tocantins e de outros grupos indígenas considerados inimigos.

contornar o trecho encachoeirado do Rio Tocantins¹¹. Sua construção iniciou-se em 1927 e foi concluída no início dos anos 1940. O objetivo era ligar Tucuruí à localidade de Jatobal (município de Jacundá), onde os carregamentos de castanha embarcavam no trem até Tucuruí e, em seguida, eram transferidos para os barcos que aproveitavam, a partir daí, as águas mansas do Tocantins em navegação livre até Belém. Na safra era grande o movimento de embarcações para transportar o produto até Belém, a castanha girava grandes somas e incrementava a economia local (de barqueiros a bordéis).

Apesar do pequeno trecho e do pouco tempo de funcionamento, a EFT foi de fundamental importância na consolidação do núcleo urbano de Tucuruí. Ao lado do pobre povoado de casas de palha, sem qualquer infra-estrutura básica de luz, água ou esgoto, ergueu-se a vila que deste se distinguiu, nitidamente, tanto nos aspectos urbanísticos quanto na situação econômica de seus moradores. Os funcionários da EFT (que eram da esfera federal) dispunham de casas bem construídas, dotadas de água encanada, esgoto e energia elétrica fornecida pela própria companhia.

A concentração populacional em área urbana gerada pela presença da EFT fazia com que Tucuruí vivesse constantes crises de falta de gêneros alimentícios¹² (Laraia & Da Matta, 1978). Neste sentido, os índios eram fornecedores privilegiados, tanto de carne de caça quanto de farinha de mandioca, constituindo-se como os raros “produtores rurais” das imediações.

Ironicamente, o problema que pretendia ser superado pela Estrada de Ferro – a presença de cachoeiras no Rio Tocantins – tornou-se solução, não somente para a região, mas para o Brasil, quiçá para o mundo. Primeiro grande empreendimento da Eletronorte (criada em 1973), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí teve suas obras iniciadas no final de 1975, entrando em operação em 1984 com o objetivo de fornecer energia e viabilizar os denominados grandes projetos, a saber, Projeto Grande Carajás e ALBRAS, no Pará, e ALCOA, no Maranhão.

Em contrapartida, sem nenhuma dúvida, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi o empreendimento de maior impacto na vida dos Asuriní, após a situação de contato, nos anos 1950. Embora seu território não tenha sido diretamente atingido pelas obras da barragem, como no caso dos Parakanã, os Asuriní receberam em sua vizinhança a explosão da cidade de Tucuruí. As instalações básicas para a construção da hidrelétrica e para a manutenção de seu funcionamento provocaram alterações profundas na estrutura socioeconômica de toda a região e, mesmo não tendo sido alagados, os impactos sofridos pelos Asuriní vieram de todos os lados, traduzidos por problemas de toda sorte, além dos

¹¹ Cachoeiras de Itaboca, Garganta do Inferno, Capitariquara e Vida Eterna (Laraia & Da Matta, 19978:51).

¹² Agravadas pelo fato de que a principal característica da economia local era extrativista, com a coleta de castanha, e pelo temor de ataques de índios, que afastavam a população das áreas rurais.

tradicionais impactos ambientais, como a diminuição da ictiofauna e a mudança da condição sedimentar no leito do Rio Tocantins e de seus afluentes, como o Igarapé Trocará. A movimentação da pequena povoação que rapidamente se transformou em pólo de importância nacional gerou impactos irreversíveis na vida daqueles índios que se encontravam, infelizmente, localizados tão próximos do local.

No início dos anos 1960, Laraia e Da Matta já mencionam que “o governo federal projetou a construção de uma barragem na cachoeira Itaboca, com a finalidade de regularizar a navegação no rio e a produção de energia elétrica para toda a região e norte de Goiás” (Laraia & Da Matta, 1978:99). Também destacam que, em novembro de 1962, técnicos realizavam levantamento topográfico na área. Nesta ocasião, a população do núcleo urbano de Tucuruí era de 3.403 habitantes (*op. cit.*). Face à construção da Hidrelétrica, a população regional foi apresentando aumentos significativos, entre 1970 e 1980, com índices, em Tucuruí, na ordem de 517,1%, e em Jacundá, de 568,7% (Arnaud, 1983).

Tais índices, por si só, são preocupantes e mais ainda se pensarmos na localização da região, afastada de qualquer outro núcleo urbano expressivo. De lugar de passagem, tornava-se, assim, o chamariz para gente de todo o país. Os transtornos para os índios eram inevitáveis. Em relatório do então chefe do Posto Indígena (PIN), de outubro de 1978, já é mencionada a saída dos indígenas daquela área (margem esquerda do Rio Tocantins), referindo-se à inundação na área do Posto e à presença de vários elementos da Eletronorte e Camargo Correa¹³.

Como é de praxe nesses grandes projetos, as medidas de avaliação, minimização ou neutralização dos impactos surgem após as decisões já terem sido tomadas, quando não há quaisquer possibilidades de alteração no projeto e desta forma:

(...) o social aparece no cenário como um problema a ser solucionado. As considerações sobre direitos dos moradores nas áreas afetadas não conseguem, assim, sequer alcançar a importância e a supremacia dos dados técnicos e as análises sociológicas são executadas como medidas complementares (Santos & Andrade, 1988).

Assim, não consta qualquer forma de ação compensatória por parte da Eletronorte destinada aos Asuriní, embora durante os anos oitenta, por outras vias e por breve período, tenham sido contemplados com algumas ações incluídas no Convênio entre Vale do Rio Doce e Funai (Vieira, 1985:10). Este convênio previa a assistência aos grupos indígenas localizados nas áreas de influência do Projeto Grande Carajás e, dentre as ações, estavam previstas a construção de instalações no posto para o melhor funcionamento dos cuidados de enfermagem, com aquisição de equipamentos (autoclave, geladeira e microscópio), instalação

¹³ Cf. Bibliografia sobre os Asuriní, organizada por Cláudio Emídio (Documento nº07).

de gabinete dentário, aquisição de camionete para uso dos índios em Tucuruí e na vigilância dos limites da terra indígena e contratação de enfermeiras de nível superior. Voadeiras, poços d'água, filtros de cerâmica, lanternas, pilhas, mosquiteiros, sementes, mudas, máquinas de costura, carrinhos de mão e fornecimento de anzóis, malhadeiras, querosene, espingardas e munição constituem outras reivindicações junto ao convênio da Vale do Rio Doce, assinaladas no relatório da antropóloga Lúcia Andrade, intitulado “Recomendações para aplicação da verba do convênio CVRD/FUNAI” (1985), que descreve, também, as reuniões de esclarecimento sobre o recebimento da verba (de duração limitada) e possibilidades de sua aplicação.

No mesmo ano, em relatório, o médico João Paulo Botelho Vieira (1985) destaca a assistência que a Eletronorte promovia aos Asuriní, indicando a internação de índios acometidos por malária e picados por cobras ou simplesmente consultas, no Hospital da Eletronorte de Tucuruí. Destacando, inclusive, que a baixa taxa de mortalidade do grupo devia-se à proximidade da assistência prestada pelo hospital da Eletronorte (Vieira, 1985:06). Essa assistência, entretanto, era destinada a todos os moradores do município, indistintamente, e não configurava nenhum tipo de ação especialmente voltada aos índios.

De qualquer forma, para os Asuriní, os impactos assinalados em sua interpretação sobre a construção da hidrelétrica giram em torno da grande enchente sofrida em 1980 e que os obrigou a mudar a aldeia para a parte mais central da TI. Os dados pluviométricos estão sendo devidamente analisados pela equipe de limnologia, a fim de esclarecer sobre a real influência da UHE no nível das águas do Rio Tocantins, mas não se podem negar os “impactos simbólicos”, também analisados pelos técnicos da Eletronorte junto à população de jusante¹⁴. Temos, em suma, uma representação *stritu sensu* da hidrelétrica, compreendida nos termos daquela estrutura física instalada no meio do rio. Contudo, impossível dissociar tal estrutura de toda a transformação que sua construção provocou na macro-região de Tucuruí, com aumento surpreendente de população e dos serviços.

Portanto, a disponibilidade de energia elétrica e o crescimento de Tucuruí e região do entorno acabaram solicitando maior presença do Governo do Estado do Pará, que passou a atuar, por exemplo, com a construção de rodovias e projetos de instalação de sistema de eletrificação rural, causando influência direta sobre a TI Trocará. Além disso, no início dos anos 1970, a TI Trocará foi cortada pela rodovia Cametá-Tucuruí, atualmente conhecida como Trans-Cametá. A PA 156, que foi recentemente federalizada, tornando-se a BR 422, seguia como continuação da BR 153. Importante lembrar que a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, da Transamazônica e da Cuibá-Santarém, surgidas após 1970, fazia parte do

¹⁴ A pesquisa foi realizada com populações ribeirinhas, com exceção das populações indígenas, e suas análises foram consideradas em nossa pesquisa.

Programa de Integração Nacional que previa, através de diversas outras rodovias a elas ligadas, o desenvolvimento dessa região – no plano social, interpretada como “desértica” ou isolada (Arnaud, 1983).

A Trans-Cametá mudou radicalmente a vida dos índios que, a partir de então, substituíram o acesso fluvial ao núcleo urbano de Tucuruí pelo acesso por via terrestre, uma vez que, a partir da estrada, qualquer meio de transporte pode ser utilizado, desde carros e caminhões, bicicletas e até mesmo a pé. A estrada foi construída na década de 1970, sem que os índios fossem consultados ou sequer informados do projeto. Os Asuriní contam que tomaram conhecimento da obra quando os tratores começaram a atravessar a terra indígena. Hoje em dia é o principal acesso para o transporte de madeiras e, após a operação conjunta da Polícia Federal e Ibama nas outras regiões do estado, temos notícias de que o movimento vem aumentando.

No início de 1982, já se registra a solicitação de construção de estrada entre a rodovia Trans-Cametá e a sede do PIN, para facilitar a vigilância e complementar a assistência à reserva¹⁵, o que ocorreu em 1985. No início dos anos 1990, quando se iniciaram os trabalhos de ampliação e de conservação da Trans-Cametá, os índios, decididos a impedir a obra, exigiram como indenização pelos prejuízos advindos da implantação da rodovia a eletrificação da aldeia e a construção de casas.

Após a extensão do sistema de eletrificação rural de Tucuruí a Cametá, que atravessou a TI Trocará, a comunidade seguiu reivindicando como medida compensatória a disposição de energia elétrica gratuita, nas casas e na aldeia. Hoje a aldeia é totalmente servida por energia elétrica, que permite o funcionamento de bombeamento e distribuição de água encanada em todas as casas; iluminação por meio de postes das áreas comuns, como pátio central, estrada, caminhos que ligam as diferentes partes da aldeia. A energia elétrica permitiu, também, a aquisição de eletrodomésticos como geladeiras, televisores e sistemas de som, cada vez mais potentes e que, literalmente, têm tirado o sono de muitos. Conta-se hoje, na aldeia, cerca de cinco “PA”, sistema de som profissional com os quais os jovens organizam festas semanais, com música (forró e brega) bem alta, o que tem sido apontado como o motivo dos mais velhos terem decidido mudar para uma outra aldeia.

Ainda em razão da construção da estrada e da instalação da rede de eletrificação rural, que gerou acordo indenizatório por parte do Governo do Estado, foram construídos na Aldeia Trocará os prédios da escola, da farmácia e quarenta e duas casas de alvenaria destinadas à residência dos índios. Constou, ainda, do referido acordo a implantação de um sistema de abastecimento de água e saneamento (com a construção de fossas). As obras somente foram

¹⁵ Cf. Radiograma Nº 2/Trocará/82.

concluídas em 2002, após forte pressão por parte dos Asuriní. Isto gerou um grande problema, pois as novas gerações já não sabem mais construir as casas, o que vem provocando uma superpopulação destas casas existentes.

É importante destacar que, em 1983, a escola do PIN Trocará foi incorporada à rede estadual de ensino, tendo que seguir, a partir de então, o calendário oficial seguido pelas escolas não-índias (Andrade, 1985:34). Desta forma, procedem as observações feitas de que, apesar do disposto na Constituição Federal, que assegura o ensino diferenciado para as populações indígenas, há dificuldades em realizar o ensino em língua indígena naquela aldeia.

Outro modo de impacto sofrido vem por meio de projetos, como, por exemplo, o “Esporte Para Todos”, que iniciou suas atividades junto aos índios Asuriní da Terra Indígena Trocará em agosto de 2004, seguindo a experiência considerada bem sucedida entre os índios Suruí. O Projeto é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL e tem como objetivo “resgatar valores culturais” e promover a auto-afirmação e auto-estima dos índios. Dentre as atividades propostas pelo projeto estão futebol, cabo de guerra, arco e flecha, corrida, natação, dança e produção de artesanato.

Na Aldeia Trocará são cerca de trinta jovens envolvidos no Projeto que, além das atividades na própria aldeia, organiza a participação dos índios nos Jogos Indígenas do Brasil e do estado do Pará. Nessas ocasiões, os índios viajam para outras cidades onde disputam e se apresentam com danças tradicionais. O envolvimento dos jovens com esse projeto é bastante significativo e, sem dúvidas, essa atividade gerou um movimento de atualização das tradições na medida em que eles procuram se pintar e aprender músicas e danças, ainda que “*para inglês ver*”. Outro ponto positivo, constantemente destacado pelos funcionários e pelos próprios índios mais velhos, foi o fato de que é vedada a participação nas atividades do membro que consumir bebida alcoólica (em toda e qualquer circunstância). Como dizem: “*só isso já valeu*”.

A presença na aldeia de instituições diversas, como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), deve-se à modificação instituída durante o mandato do presidente Fernando Collor de Melo, quando foi editado um conjunto de decretos que estabeleceram novas diretrizes para a política indigenista, repassando para diversos ministérios ações antes desenvolvidas pela Funai. Dentre tais decretos, o de nº 24, publicado no DOU de 04 de fevereiro de 1991, dispõe sobre o serviço de assistência médica às populações indígenas, retirando esta atribuição do órgão que desde sempre o fizera, a Funai (como continuidade do SPI), e colocando tais populações indistintamente na fila da FUNASA.

Além das diretrizes e ações¹⁶ que são realizadas junto aos índios, também os

¹⁶A FUNASA fornece, ainda, cestas básicas para os desnutridos, grávidas, nutrízes e idosos.

funcionários advêm da FUNASA que, além do atendimento básico no posto de saúde instalado na aldeia, é responsável pela vacinação dos índios e acompanhamento quando algum doente precisa se internar em Tucuruí. A equipe da FUNASA é constituída de uma enfermeira¹⁷, um odontólogo e três técnicos de enfermagem que se revezam em turnos de vinte dias por dez dias de folga. Todos residem na casa construída contígua à farmácia e muito bem mantida pelas funcionárias. A equipe conta ainda com dois Agentes Indígenas de Saúde (AIS), um Agente Indígena de Saneamento (AISAN), como previsto, índios que receberam qualificação para o cargo. Há, ainda, dois motoristas responsáveis pela condução da camionete da FUNASA no deslocamento de doentes para Tucuruí e dos funcionários, no início e término de seus plantões.

Programas como a aposentadoria rural por idade, benefício instituído pela lei 8213/91, que garante o pagamento de um salário mínimo aos homens com idade superior a 60 anos e mulheres com idade superior a 55 anos, também tem transformado a vida dos Asuriní. Há dois índios aposentados pela FUNAI, por terem sido contratados como funcionários atuando em Frentes de Atração. São, ao todo, 29 índios na Aldeia Trocará que contam com o benefício, concedido aos idosos e a uma família que conta com o amparo assistencial a portador de deficiência (previsto pela Lei 8742/1993), igualmente no valor de um salário mínimo. Também há alguns índios que são funcionários públicos, como as três professoras e uma merendeira da escola, que são pagas pela Prefeitura de Tucuruí; dois Agentes Indígenas de Saúde e um Agente Indígena de Saneamento, pagos pela FUNASA. Além das aposentadorias por idade e agora cientes dos direitos que têm em relação a tais benefícios, os Asuriní têm buscado nesses recursos um auxílio a sua subsistência. Desta forma, as mulheres que dão à luz têm recebido o salário-maternidade (Lei 8213/91) e muitas famílias têm recebido verbas assistenciais do governo, como Bolsa-família, vale gás e outros.

Essa renda, todavia, está localizada em poucas casas, como, por exemplo, os casais idosos que recebem, cada um, sua aposentadoria (nove casos), da mesma forma que ambos os aposentados da Funai cujos cônjuges recebem o benefício do governo. Nos poucos casos em que há o recebimento de apenas um benefício, são idosos que moram ou sozinhos ou com um de seus filhos e, certamente, destinam algum recurso a eles. Essa relativa “concentração de renda”, se podemos falar assim, pode estar gerando hierarquias no plano de aquisição de bens e serviços e alterações importantes nos princípios de organização social, aspecto este que, certamente, exige uma análise mais cuidadosa quando pensamos em termos da continuidade do grupo social indígena e não de indistintos regionais.

¹⁷ A enfermeira que se encontra atualmente na TI Trocará obedece a um sistema de rodízio entre três aldeias indígenas: Trocará, Anambé e Amanajé (Surubiju).

Embora não disponhamos de muitos dados que possam permitir uma adequada interpretação das relações entre os Asuriní e a Prefeitura de Tucuruí, é fácil perceber que as mesmas prosseguem de maneira bastante cordial, com acesso e apoio do poder municipal. Foi a Prefeitura quem doou o caminhão que atualmente se encontra em plena atividade, sendo responsável igualmente por uma cota de combustível semanal, consertos e manutenção do veículo. Doou também o computador que se encontra a serviço da Associação Indígena do Povo Asuriní do Trocará (AIPAT).

E, ainda, outros projetos têm diversificado a atuação de instituições na TI, como o Projeto “Manejo Agroflorestal Asuriní do Trocará”¹⁸, que teve início no ano de 2004 com financiamento do Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas – PDPI (que integra o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PPG7), com valor estimado na ordem de R\$134.405,00 e previsão de duração de 19 meses. Este projeto, gerenciado pela Associação Indígena do Povo Asuriní do Trocará que, com isso, se fortaleceu, prevê a produção de mudas de árvores frutíferas nativas e exóticas, visando ao replantio da área com espécies que beneficiem os índios em sua alimentação básica e na comercialização de alguns dos produtos. Outro objetivo do projeto é a capacitação de Agentes Agroflorestais Indígenas, isto é, cerca de quinze rapazes que têm desenvolvido as atividades de manutenção do viveiro de mudas, semeadura e cuidados com as plantas, sob a orientação do ex-chefe de posto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito difícil propor conclusões de um trabalho que apenas esboçou-se. O período de pesquisa de campo, bibliográfica e documental que nos foi atribuído para a realização do mesmo foi muitíssimo reduzido para que nos permita apresentar um quadro definido ou fidedigno da situação vivida pelos Asuriní do Trocará. Vitimados por sua própria história, o contato foi radical no que se refere ao abandono das práticas tradicionais, tornando-os quase invisíveis às pesquisas antropológicas que abundam, por exemplo, entre seus homônimos do Xingu.

Há duas pesquisas, até o presente, que apresentam os dados importantes sobre a vida destes índios, com a descrição de transformações bastante drásticas exercidas sobre sua organização social. Em dois momentos diferentes, contudo, foram registradas as estratégias de sobrevivência do grupo frente aos impactos gerados pela situação de contato e as formas como passaram a se dar as relações com a cada vez mais invasiva “sociedade envolvente”. E,

¹⁸ No Acervo Asuriní, na sede do Programa Parakana, em Tucuruí, encontra-se uma cópia do referido projeto, de onde foram retiradas diversas informações.

com relação a esse aspecto, é impossível imaginar todo o processo vivido pelo grupo após o seu contato sem ter em conta a presença definitiva e definidora da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Como implicação mais direta destes acontecimentos, no imaginário dos Asuriní, encontra-se a enchente de 1980, que atribuem a construção da UHE, fenômeno este que os obrigou, de uma hora para outra, a transferir a aldeia que se localizava às margens do Rio Tocantins para uma área de terra firme. Parte ou não do imaginário, fato é que a enchente provocou a saída de todos os índios da beira do rio e a nova aldeia foi instalada onde se encontra atualmente. O momento da mudança, e provavelmente porque se acreditava em uma nova vida para os índios, favoreceu a implantação de alguns serviços, por parte da Funai, como atendimento de saúde e escola, com a construção dos respectivos prédios, além da presença confortável do Chefe do Posto e sua família. Em torno deles os Asuriní foram construindo suas casas e plantando suas roças.

A demarcação da Terra Indígena Trocará, ao mesmo tempo e em consequência da implantação da UHE, garantiu aos Asuriní uma ínfima parte de espaço, agora já praticamente dentro da cidade de Tucuruí. A expansão acelerada desta cidade exerce uma enorme pressão nos recursos que precisam ser produzidos para suportar a demanda alimentar dos Asuriní. O que tem se tornado cada vez mais difícil, pois, com a devastação do entorno, a TI Trocará foi se tornando uma estreita ilha de reserva florestal, por si só já bastante explorada. As inúmeras fazendas e loteamentos instalados nos arredores da terra indígena acabaram por desmatar toda a área, prejudicando os mananciais e destruindo os habitats naturais de reprodução e desenvolvimento das espécies, além de atrair outros caçadores que disputam esses animais com os índios.

Marca maior do vilipêndio com a área foi a construção da estrada Tucuruí-Cametá, cujo traçado transformou para sempre a vida dos Asuriní e as formas de interação com a cidade. De contato intermitente com a população regional vimos recrudescer as relações dos índios com a vida urbana, em todas as suas vertentes: sem intermediações, a cidade chegou ao centro da aldeia. Os Asuriní e a sua terra tornaram-se vulneráveis à presença inexorável dos hábitos da cidade e, com poucas chances de reação, têm sofrido as devidas consequências desse que é o maior dos impactos que a UHE provocou em suas vidas.

A fixação dos índios na atual aldeia, aliada à forte pressão externa, tem provocado sérios problemas que demandam uma intervenção urgente como, por exemplo, o abastecimento alimentar. A crescente e intensiva ocupação das áreas do entorno tem deixado os Asuriní acuados, fadados a serem vistos como uma localidade dentre inúmeras outras encontradas nas vizinhanças (importante não esquecer que a Terra Indígena está localizada a

24 quilômetros do perímetro urbano, sendo possível transpor o percurso a pé, inclusive pelas crianças). Poder-se-ia argumentar, sem dúvidas, tratar-se da mais antiga das localidades, contudo tal prerrogativa não lhes rendeu quaisquer privilégios, ao contrário.

A caça e a pesca realizada por não-índios dentro e fora da área contribuem para a diminuição das espécies, da mesma forma que sua reprodução e ocorrência torna-se cada vez mais difícil dada a devastação das matas do entorno, o que, por sua vez, desequilibra os aspectos de produção e distribuição de alimentos entre os índios.

Os estudos sobre a sustentabilidade dos recursos na TI Trocará devem vir acompanhados do tratamento estatístico para os dados da população que dispomos até o momento. Ainda que simples listagens de nomes, nomes de pais e datas de nascimentos, às vezes com alguns erros, acreditamos que seja possível propor algumas observações no sentido de acompanhar as tendências de crescimento da população Asuriní, mediante as atuais situações¹⁹.

Os Asuriní surpreenderam a todos, pois ainda mantêm traços importantes de sua organização social e boa parte das práticas tradicionais, como o relativo conhecimento da língua materna e aspectos culturais. Considerando a antiguidade e o tipo de impactos sofridos já com o contato e, sobretudo, ao longo dos últimos vinte anos, e o quadro atual em que se encontram, podemos mesmo dizer, contudo, que estamos diante de um quadro crucial que pode apontar para uma descaracterização mais acelerada dado o aumento da população num contexto demasiado desorganizado. Uma grande população de jovens se encontra no marco divisor, podendo afastar-se ou se aprimorar nas práticas tradicionais do grupo. Nesta direção, é preciso destacar o envolvimento do grupo com o projeto de esporte que tem investido em atividades que valorizam os aspectos étnicos, com o resgate de músicas, danças, do uso da língua materna e também pela construção de uma presença junto aos outros grupos indígenas que participam do mesmo projeto.

Trata-se de um momento decisivo, talvez mais agora do que antes, dada a intensificação do contato e as possibilidades concretas de alterações significativas na organização social Asuriní, como, por exemplo, a intensificação de relações de parentesco com famílias não-índias. Nota-se, ainda, na Aldeia Trocará, a ampla introdução de aparelhos eletrodomésticos, que passaram a ser adquiridos após a instalação de energia elétrica na aldeia. Poderíamos sugerir, carecendo analisar de maneira mais consistente, que o uso de geladeiras e frigoríficos, na medida em que possibilita armazenar os produtos da caça e da pesca, podem alterar padrões de distribuição de alimentos.

Mais diretamente observável, porém, é a presença de aparelhos de som e de televisores

¹⁹ De influência dos programas assistenciais nas taxas de nascimento dos grupos.

que vêm tomando o lugar de formas tradicionais de convivência. Hoje, as músicas regionais predominam em praticamente todas as casas da aldeia, tendo sido esse o motivo alegado pelos mais velhos para terem saído do Trocará e formado uma aldeia nova, dizem: “*é muito barulho lá, música muito alto*”, reclamando das festas, organizadas a cada final de semana. Há ainda a onipresença dos aparelhos de TV, cuja programação é seguida por todos de todas as idades. Além da transmissão de padrões de comportamento muito diferentes dos conhecidos pelos Asuriní, o tempo dedicado à televisão deve retirá-los, principalmente as crianças e os jovens, de suas sociabilidades tradicionais, da convivência nas rodas de conversa ou das brincadeiras.

Diante do exposto e como reconhecimento pelos danos causados ao grupo e o reconhecimento dos direitos inalienáveis dos indígenas sobre as áreas que lhes foram minimamente destinadas para viverem de acordo com sua organização social, como está assegurado na Constituição Federal, Art. 231º, deve ser assegurado aos índios o direito de participarem nos recursos financeiros da UHE, na forma de uma alíquota sobre o potencial de energia gerada, visando garantir a sobrevivência das futuras gerações do povo Asuriní.

E, como medida imediata, apresenta-se urgente, como garantia do compromisso histórico com o povo Asuriní, a necessidade de um projeto para a coordenação do relacionamento dos índios com as agências governamentais e não-governamentais que têm projetos de fomento ou apoio realizados na aldeia. Uma equipe multidisciplinar se faz necessária, para análise dos aspectos técnicos que vão da biologia das espécies envolvidas aos contornos culturais do grupo que devem ser resguardados; dos problemas jurídicos aos administrativos.

Paralelamente a uma tal organização das ações praticadas na TI Trocará, é necessário um programa de recuperação da língua materna e de algumas práticas tradicionais, por intermédio da escola e envolvendo toda a comunidade. O registro de todas as possibilidades de conhecimentos e o uso dessas narrativas como material no aprendizado da escrita (português e Asuriní) certamente irá provocar o sentimento de unidade necessário para prosseguirem como índios e não como regionais, se assim o quiserem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lúcia M. M. de 1982. Relatório de pesquisa de campo entre os Asuriní, situados no PI Trocará. Depto. de Ciências Sociais, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, USP. 21 pgs.

ANDRADE, Lúcia M. M. de. 1985. *Asuriní do PI Trocará. Recomendações para aplicação da verba do convênio CVRD/FUNAI*. Viagem realizada em janeiro/fevereiro de 1985.

42 pgs.

- ANDRADE, Lúcia M. M. de. 1992. Capítulo I: Os Asuriní do Tocantins. In: “*O corpo e o cosmos, relações de gênero e o sobrenatural entre os Asurini do Tocantins*”, Dissertação de Mestrado, Dep de Antropologia da USP.
- ARNAUD, Expedito. 1961. Breve Informação Sobre os Índios Asuriní e Parakanan; Rio Tocantins, Pará. Belém, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, número 11, Julho de 1961. Belém.
- ARNAUD, Expedito. 1967 – Grupos Tupí do Tocantins. In: *SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA*, Belém, 1966. Atas ... Rio de Janeiro, CNPq. v. 2, Antropologia, p. 57-68.
- ARNAUD, Expedito & GALVÃO, Eduardo. 1969 – Notícias sobre os índios Anambé (rio Caiari, Pará). Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. n. ser., Antrop., Belém, 42, 11 p. il. mapa.
- ARNAUD, Expedito. 1978 – Notícia sobre os índios Araweté, Rio Xingu Pará. Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi. n. sér., Antrop., Belém 71. 20 p. il.
- ARNAUD Expedito 1983. Mudanças entre os grupos indígenas Tupi da região do Tocantins-Xingu (Bacia Amazônica). Belém, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* – Nova Série – Antropologia – nº 84.) transcrito por Cláudio.
- LARAIA, Roque de Barros. 1972 – Akuáwa-Asuriní e Suruí; Análise de dois grupos Tupí. Rev. do Inst. de Estudos Brasileiros. S. Paulo, 12: 7-30.
- LARAIA, Roque de Barros & Roberto Da Matta. 1978. Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativa e os Índios do Médio Tocantins. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros, Vol. 35).
- NIMUENDAJU, Curt. 1981 – Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro. IBGE, 97 p. il. mapa.
- SANTOS, Leinad Ayer de O. e Andrade, Lucia M. M. As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. (*)
- VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. 1985. A saúde dos índios Asuriní do Trocará. Diretrizes para a assistência a saúde. Relatório à CIA Vale do Rio Doce. Janeiro. 13